

Pobreza e repressão no marco da crise



O sistema de organização social e econômica que impera na Argentina nos últimos 25 anos eclodiu durante os acontecimentos dos dias 19 e 20 de dezembro de 2001. A força com que as manifestações romperam nas ruas revelava as demandas legítimas dos setores populares, afetados pelas contínuas políticas de ajuste e o aprofundamento da exclusão social.

Há anos, a única resposta que o Estado vem dando a essa situação é a sistemática repressão e criminalização dos protestos. Em dezembro de 2001, cerca de 30 pessoas morreram e, pelo menos, 54 foram feridas à bala, somente em Buenos Aires. Além disso, 4.500 pessoas foram detidas no saldo dos episódios mais trágicos vividos no país desde o retorno do sistema democrático em 1983.

As reivindicações de mudanças, expressadas dramaticamente pela sociedade, mantiveram-se inalteradas mesmo no atual governo de transição, encabeçado por Eduardo Duhalde. No entanto, a reação das autoridades governamentais se limitou a administrar a crise. Não foram apresentadas soluções alternativas à situação de pauperização dos direitos econômicos, sociais e culturais (Desc) de enormes setores da população.

As normas claramente inconstitucionais ditadas pelo governo que saía mantiveram-se. Entre estas, a proibição de dispor livremente dos depósitos bancários e a Lei de Déficit Zero e suas normas regulatórias – que implicaram reduções de salários, aposentadorias e o montante alocado para programas sociais –, que operaram como disparadores do descontentamento social que acelerou a crise.

Por sua vez, a contenção do protesto social de maneira relativamente pacífica, talvez a única conquista possível do governo de transição, caiu por terra em 26 de junho passado. Durante uma manifestação dos setores mais empobrecidos do sul da Grande Buenos Aires, as forças de segurança pública desataram uma brutal repressão, qualificada pelo próprio presidente como uma virtual *caçada*. O resultado foi o assassinato de dois manifestantes pelos integrantes dos grupos repressores.¹

Agora, a agenda de transição se circunscreve à discussão da perpetuação do atual modelo de organização político-econômica, sem que a questão social ocupe um espaço preponderante. A sociedade civil se encontra completamente alijada dos espaços onde os grupos dominantes brigam entre si para evitar assumir

os custos da crise – o que determinou uma clara degradação da qualidade do sistema democrático.

Prova disso é a discussão em torno das próximas eleições. Apesar de terem sido convocadas no início de julho, ainda hoje, forças políticas com representação parlamentar discutem sobre os alcances e modalidades de tal convocação. Chegam a ponto de pedir seu adiantamento ou postergação, de acordo com as preferências de uma ou outra facção.

As denúncias formuladas por vários pré-candidatos sobre a possibilidade de crimes políticos contribuíram para tornar ainda mais nebuloso o clima político, socavando as bases da organização democrática da nação.

Indicadores alarmantes

Para mostrar como está a conjuntura argentina hoje, é imprescindível observar a evolução da situação socioeconômica nos últimos anos. Vivendo o quinto ano consecutivo de recessão econômica, o país suporta um crescimento contínuo da população abaixo da linha de pobreza e indignância. Ao mesmo tempo, cresce, a passos largos, o abismo entre pessoas ricas e pobres e a insistência das estruturas governamentais na aplicação de planos econômicos, caracterizados pela brutal redução do gasto público e a conseqüente diminuição das funções essenciais do Estado. As políticas implementadas durante os últimos dois anos não fizeram senão aprofundar esse abismo e colocar uma maior parcela da população em situação de vulnerabilidade.

Como resultado desse processo, 18, 2 milhões de pessoas estão vivendo abaixo da linha de pobreza² (dados de maio de 2002). Isto representa mais da metade (51,4%) da população total de 35,5 milhões de pessoas - um aumento de 26% em relação a outubro de 2001 e de quase 50% em relação a outubro de 2000.³

1 No final das manifestações, foram contabilizadas mais de 90 pessoas feridas, quatro em estado grave por ferimentos à bala.

2 Fonte: Instituto Nacional de Estadística y Censo (Indec), Encuesta Permanente de Hogares (EPH). Trata-se de famílias que não podem satisfazer um conjunto de necessidades alimentares e não-alimentares consideradas essenciais.

3 Fonte: Siempre, baseado nos dados da EPH e do CNPV 2001.

Da mesma maneira, a espantosa cifra de indivíduos que passaram a ser classificados como indigentes,⁴ no período compreendido entre outubro de 2000 e maio de 2002, indica que a população que não podia sequer comprar uma cesta básica de alimentos duplicou. Passou de 3,7 milhões para 7,8 milhões de pessoas (21,9% da população), um incremento da ordem de 110% entre ambos extremos.⁵

Tais indicadores tornam-se mais dramáticos se levarmos em conta que, entre essa parcela da população, 8 milhões 319 mil são crianças e adolescentes. Significa que 66,6% de crianças e jovens do país com menos de 18 anos vivem em lares pobres. Destas, 4 milhões 138 mil são indigentes. A maior proporção da pobreza infantil se dá entre crianças de 6 a 12 anos.

Mas é no interior da Argentina que a situação se agrava. Especialmente nas províncias do Norte, onde a proporção de crianças pobres alcança 80%. Nas províncias de Formosa, Chaco e Corrientes, mais de 42% da população de menores de 15 anos encontram-se em estado de indigência, conforme dados de abril de 2002. A província de Tucumán, com uma população de 406 mil 322 pessoas, apresentou a cifra de 99 mil 251 menores de 15 anos abaixo da linha de pobreza (24,4 % do total) e 241 mil 479 em estado de pobreza (59,4%).

A situação de pobreza e indigência tem evidentes efeitos na alimentação de meninos e meninas argentinos. De acordo com o Comitê de Nutrição da Sociedade Argentina de Pediatria,⁶ a informação disponível no país para avaliar de forma comparativa o estado nutricional da população infantil também é escassa. Em termos da mortalidade de crianças menores de 1 ano, a Associação Latino-Americana de Pediatria afirma que isso se traduz em 13 mil mortes anuais (uma criança menor de 1 ano a cada 40 minutos),⁷ a maioria destas por causas evitáveis.

Nesse contexto, deve-se interpretar o significado do aumento da população sem trabalho ou subempregada. Segundo dados recentes do Indec, correspondentes a maio de 2002, a taxa de desemprego alcançou seu recorde histórico. São 3 milhões 36 mil pessoas desempregadas, representando 21,5% da População Economicamente Ativa. A sub-ocupação alcançou 18,6%, isto é, 2 milhões 630 mil pessoas.

Além do mais, levando em conta os índices inéditos de pobreza e indigência, ter trabalho não significa acesso a uma vida digna. Os dados do Indec indicam que 25,7% dos ocupados recebem menos de 200 pesos por mês, uma quantia ínfima, considerando que só a cesta básica custa 210 pesos.

Paralelamente, a precarização dos direitos sociais faz parte de um processo de distribuição regressiva da riqueza. A Argentina se encontra entre os primeiros 15 países do mundo com a pior distribuição de riqueza e encabeça o *ranking*, com a pior desigualdade social entre os países de economias com padrões de vida relativamente altos.⁸

Durante os últimos meses de 2001, também se desencadeou uma crise sanitária sem precedentes no país. A falta de provisões e de acesso a medicamentos e o desabastecimento de insumos básicos nos hospitais públicos foram, talvez, os elementos mais importantes que evidenciaram a crise social e econômica por que passa a Argentina.

O primeiro sintoma dessa profunda crise se tornou visível quando uma grande quantidade de pessoas deixou de ter acesso a medicamentos indispensáveis para tratar de suas doenças. Um dos problemas que contribuíram para esse caos foi a dificuldade financeira das principais obras sociais. O não-pagamento de suas dívidas com os prestadores implicou a suspensão do atendimento a seus afiliados por parte das farmácias. Outro problema foi a desvalorização do peso em relação ao dólar. A incerteza acerca de seu valor gerou condutas especulativas por parte de laboratórios, drogarias e farmácias, que provocaram um aumento exorbitante nos preços dos medicamentos.

O segundo sintoma veio do colapso do sistema de atendimento da saúde, baseado no hospital público e na seguridade social - já bastante deteriorado e que, nos últimos anos, deparou-se com o incremento da demanda devido ao aumento constante e progressivo dos níveis de pobreza e indigência. Deu-se o desabastecimento das reservas de antibióticos, corticóides e drogas imprescindíveis para o tratamento de pacientes transplantados, oncológicos, portadores do HIV/aids, dentre outros. As reservas de todo tipo de insumo básico também chegaram ao fim, desde luvas plásticas e materiais de esterilização até cilindros de oxigênio. A situação é de tal gravidade que muitos hospitais implementaram um sistema de trocas de insumos para garantir seu funcionamento.

Resposta errada

Paradoxalmente, o funcionamento do Estado permaneceu inalterado no que pesem as numerosas substituições de autoridades governamentais, imprimindo um maior ajuste no gasto público e reprimindo, sistematicamente, as vozes que se alçaram contra as consequências do plano econômico.

Com respeito aos programas sociais implementados até 2001, estes haviam sido objeto de permanentes cortes provocados pelo processo de ajuste, somado à distribuição clientelista e pouco transparente.

4 Trata-se de domicílios impossibilitados de adquirir uma cesta de alimentos capaz de satisfazer minimamente as necessidades energéticas e protéicas.

5 Fonte: Siempre, baseado nos dados da EPH e do CNPV 2001.

6 "Guía de alimentación para niños sanos de 0 a 2 años", Comitê de Nutrição, Sociedade Argentina de Pediatria, Ediciones SAP, 2001.

7 "Los derechos del niño", XXXII Congreso Argentino de Pediatria, Salta, setembro 27-30, 2000.

8 Cf. "Estudio Distribución del Ingreso y brecha entre ricos y pobres. Participación en el Producto Bruto Interno (PBI) y disponibilidad de ingreso anual y diario para la población total desagregados por decil de hogares. Comparación con países seleccionados según datos PNUD/ONU y entre provincias. Evolución de los últimos 25 años". Noviembre de 2001. Equipos de Investigación Social (Equis).

Esse cenário se modificou em 2002, a partir da instrumentalização, por parte do governo dos programas sociais que se autoqualificam “universais”. Com o fim de garantir o “direito de inclusão familiar” (sic), em abril de 2002 foi lançado o Programa de Chefes de Família, cuja cobertura consiste na entrega de 150 pesos a mulheres e homens chefes de família desocupados/as que reúnam os requisitos estabelecidos na sua regulamentação.

Com relação a esse programa, foi estabelecida uma data-limite para inscrições, o que impediu muitos indivíduos de entrar com o pedido para usufruir do benefício. De qualquer forma, sua vigência estende-se até 31 de dezembro de 2002, contradizendo abertamente seu objetivo de garantir o “direito de inclusão familiar”.

Segundo levantamentos oficiais, o valor da cesta básica alimentar - correspondente a dois adultos e duas crianças - era de 280,17 pesos.⁹ Resulta desnecessário pontuar que o plano social desenhado pelo governo nacional apenas cobre pouco mais da metade das necessidades básicas alimentares de uma família comum.

Está claro, portanto, que os programas sociais implementados a partir das esferas oficiais repetem a perspectiva assis-

tencialista que orientou as políticas públicas da última década. Já não se discute como combater a pobreza, mas apenas como conter a população pobre. A redistribuição da riqueza e o respeito estrito aos direitos sociais são tópicos completamente ausentes do discurso oficial.

A intervenção do governo nacional para amenizar o déficit do sistema sanitário foi, sob todos os aspectos, insuficiente. A crise sanitária é outra mostra da debilidade e incapacidade das instituições argentinas de combater violações de direitos humanos básicos, como a vida e a saúde.

Os medicamentos foram descaracterizados de seu significado social e se converteram em simples mercadorias, ao sabor da oferta e da procura. Enquanto isso, os responsáveis por garantir a saúde a toda a população apenas tomaram medidas isoladas que, na sua maioria, transformaram-se, até esse momento, num decálogo de boas intenções.

Em suma, o governo argentino omite a definição de políticas econômicas duradouras e responsáveis, que priorizem a igualdade substancial e a plena realização dos direitos sociais, como único modo de reconstruir uma democracia verdadeira. ■

Producido pelo Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS).
Tradução: Magaly Pazello, pesquisadora do Ibase.

9 Esta quantia varia segundo a composição do grupo familiar. No caso tomado como exemplo pelo Indec, trata-se de uma família composta por um homem adulto de 35 anos, uma mulher adulta de 31 anos, uma filha de 8 anos e um filho de 5 anos. Com a incorporação de novos integrantes ao grupo familiar, o valor da cesta básica será incrementada, enquanto a prestação do Programa de (mulheres e homens) Chefes de Família se mantém constante.